

SOB A BANDEIRA NEOLIBERAL: EXAME DE PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO EM POSTAGENS DE CANDIDATOS DO PARTIDO NOVO NO INSTAGRAM

BAJO LA BANDERA NEOLIBERAL: EXAMEN DE PROPUESTAS PARA LA EDUCACIÓN EN PUBLICACIONES DE CANDIDATOS DEL PARTIDO NUEVO EN INSTAGRAM

UNDER THE NEOLIBERAL FLAG: EXAMINATION PROPOSALS FOR EDUCATION IN POST OF THE NEW PARTID CANDIDATES ON INSTAGRAM



Francisco Vieira da SILVA¹
e-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br



Thâmara Soares de MOURA²
e-mail: thamara.soares068@gmail.com



Patrícia Diógenes de Melo BRUNET³
e-mail: patricia.melo@ifpb.edu.br

Como referenciar este artigo:

SILVA, F. V.; MOURA, T. S.; BRUNET, P. D. M. Sob a bandeira neoliberal: Exame de propostas para a educação em postagens de candidatos do partido Novo no Instagram. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 34, n. 00, e023003, 2023. e-ISSN: 2236-0441. DOI: <https://doi.org/10.32930/nuances.v34i00.9779>



| **Submetido em:** 10/09/2022
| **Revisões requeridas em:** 15/11/2022
| **Aprovado em:** 20/12/2022
| **Publicado em:** 09/06/2023

Editores: Profa. Dra. Rosiane de Fátima Ponce
Prof. Dr. Paulo César de Almeida Raboni
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Caraúbas – RN – Brasil. Docente do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas (DLCH).

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros – RN – Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL).

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do estado da Paraíba (IFPB), Sousa – PB – Brasil. Docente do IFPB. Mestra em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

RESUMO: O intuito deste artigo consiste em examinar propostas para a educação de candidatos do partido Novo, a partir da análise do discurso de postagens publicadas no Instagram. Visa-se, com isso, investigar como essas propostas ancoram-se em relações de saber e de poder, as quais encontram-se atreladas à racionalidade neoliberal. Para isso, o foco de análise repousa sobre quatro postagens veiculadas no perfil do Instagram de candidatos do Partido Novo. O estudo segue uma abordagem descritivo-interpretativa de viés qualitativo. A fim de subsidiar as análises, valem-se das teorizações de Foucault (2008; 2009; 2010), de Dardot e Laval (2016) e de Laval (2004) e Sargentini (2015; 2017). O exame das propostas permite identificar as implicações da racionalidade neoliberal, a partir da priorização do mercado e do setor privado, por meio de práticas como a premiação dos “melhores” alunos e professores.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político. Educação. Neoliberalismo.

RESUMEN: *El propósito de este artículo consiste en examinar propuestas para la educación de candidatos del partido Novo, a partir del análisis del discurso de publicaciones publicadas en Instagram. Con ello se pretende investigar cómo esas propuestas se basan en relaciones de saber y de poder, las cuales se encuentran vinculadas a la racionalidad neoliberal. Para ello, el foco de análisis reposa sobre cuatro publicaciones vehiculadas en el perfil de Instagram de los candidatos del Partido Nuevo. El estudio sigue un enfoque descriptivo-interpretativo de sesgo cualitativo. Con el fin de subsidiar los análisis, se valen de las teorizaciones de Foucault (2008; 2009; 2010), Dardot y Laval (2016), de Laval (2004) y de Sargentini (2015; 2017). El examen de las propuestas permite identificar las implicaciones de la racionalidad neoliberal, a partir de la priorización del mercado y del sector privado, por medio de prácticas como la premiación de los "mejores" alumnos y profesores.*

PALABRAS CLAVE: *Discurso político. Educación. Neoliberalismo.*

ABSTRACT: *The purpose of this article is to examine New Party candidates proposals for the education, based on the discourse analysis of posts published on Instagram. With this, we aim to investigate how these proposals are anchored in relations of knowledge and power, which are linked to neoliberal rationality. For this, the focus of analysis rests on four posts aired on the Instagram profile of Partido Novo candidates. This study follows a descriptive-interpretative approach with qualitative bias. Thus, in order to subsidize the analyzes, we use of Foucault's (2008; 2009; 2010), Dardot and Laval (2016), Laval (2004) ad of Sargentini (2015; 2017). The examination of the proposals makes it possible to identify the implications of neoliberal rationality, based on the prioritization of the market and the private sector, through practices such as the awarding of the “best” students and teachers.*

KEYWORDS: *Political discourse. Education. Neoliberalism.*

Introdução

No ocaso do primeiro turno das eleições municipais de 2020, cujo pleito ocorreu no dia 15 de novembro, circularam nas redes sociais digitais certos discursos, de teor sarcástico e irônico, acerca do fato de o partido Novo não ter elegido nenhum candidato para prefeito nas cidades em que disputou. Alguns desses discursos se constituíam parafrasticamente nos seguintes moldes: *O Novo não fez nenhum prefeito no primeiro turno das eleições. Está na hora de rever o core business e o benchmarking.* O uso de termos em inglês que nos remetem ao universo empresarial e corporativo e significam respectivamente, a parte central de um negócio e o processo avaliativo que compara o desempenho de empresas, leva-nos a pensar sobre imagens socialmente constituídas acerca dessa legenda. Nessa perspectiva, o desempenho insuficiente nas urnas estaria fortemente aliado a questões concernentes ao campo do planejamento técnico empresarial. No limite, ressoam dizeres irônicos segundo os quais o partido não teria sido eficaz o suficiente e, por uma questão meritocrática, não mereceu alcançar o objetivo de eleger prefeitos.

Partindo dessas questões, o intuito consiste em examinar propostas para a educação de candidatos do partido Novo, por meio da análise do discurso de postagens publicadas no *Instagram* de tais candidatos. Visamos, com isso, investigar como essas propostas ancoram-se em relações de saber e de poder, as quais encontram-se atreladas à racionalidade neoliberal.

O trabalho se mostra relevante porque é sabido que as inflexões do neoliberalismo no campo educacional no Brasil não emergem através das pretensões do partido Novo, tendo em vista, desde os anos de 1990, a inserção do capital internacional na constituição de documentos orientadores de parâmetros curriculares e, mais recentemente, pudemos notar os reflexos disso na formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2017). Ademais, no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou, em discurso no Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2020, que elaboraria um gigantesco programa de distribuição de *vouchers* para a educação infantil.

Nessa medida, as famílias receberiam recursos financeiros para investir na educação dos filhos, tendo, portanto, a “liberdade” de escolher a instituição de ensino em que matriculariam as crianças. O mesmo ministro tentou, sem êxito, inserir essa pauta na votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Profissionais da Educação (Fundeb), em julho de 2020. Esses anseios seguem a cartilha neoliberal, na medida em que flertam com o setor privado e destitui o setor público de

suas obrigações, sob o argumento de que as famílias teriam o poder decisório de aplicar os recursos no desenvolvimento do capital humano dos filhos.

Mas, o que queremos argumentar aqui é o fato de o partido Novo, *grosso modo*, defender com maior veemência o *modus operandi* do regime de verdade do neoliberalismo, diferentemente de outros partidos, os quais o fazem de maneira mais velada, por assim dizer. Para isso, o foco de análise repousa sobre quatro postagens veiculadas no perfil do *Instagram* dos seguintes candidatos do Partido Novo: a) Charbel Maroun, candidato à prefeitura de Recife/PE; b) Orlando Silva Neto, candidato à prefeitura de Florianópolis/SC; c) Paulo Henrique Grando, candidato à prefeitura de Cuiabá/MT; d) Guto Scarpatini, candidato à prefeitura de Campo Grande/MS. A escolha por esses perfis deu-se em função de estes apresentarem as propostas para a educação, considerando as especificidades da política nas redes sociais digitais.

Sobre a metodologia, ressaltamos que este estudo segue uma abordagem descritivo-interpretativa de viés qualitativo. A fim de subsidiar as análises, buscamos respaldo nas teorizações de Foucault (2008; 2009; 2010) a respeito do discurso, do enunciado, do poder, do saber e do neoliberalismo, na articulação com os estudos de Dardot e Laval (2016) e de Laval (2004) sobre os impactos da racionalidade neoliberal no campo da educação, bem como na abordagem de Sargentini (2015; 2017) acerca do discurso político nas redes sociais.

Do ponto de vista da organização do texto, vale frisar que se encontra estruturado no seguinte formato: na seção seguinte, refletimos acerca dos conceitos de discurso, de enunciado, de poder, de saber e de neoliberalismo, além de um enfoque dedicado ao discurso político. Posteriormente, analisamos as quatro materialidades discursivas coletadas nos perfis de candidatos do partido Novo no *Instagram*, levando em conta as ponderações empreendidas no tópico anterior. Finalmente, na última seção, fazemos um apanhado dos principais aspectos discutidos no decorrer deste escrito.

Do discurso ao neoliberalismo

O pensador francês Michel Foucault deixou como legado uma prolífica obra intelectual que atravessa uma miríade de campos do saber. Frente à diversidade de temáticas abordadas, algumas regularidades podem ser notadas, as quais permitem dividir, ainda que existam controvérsias, a obra desse autor em três momentos, conforme propostos, dentre alguns autores, por Gregolin (2016), a saber: a) arqueologia – o autor pesquisou a formação de um saber que engendrou as Ciências Humanas, a partir de livros que problematizaram questões como a

loucura, a medicina e certos campos do trabalho, da linguagem e da vida; b) genealogia – Foucault ponderou a objetivação do sujeito, tendo como base de ancoragem a analítica do poder e as chamadas práticas divisoras que classificam e escandem os sujeitos, por meio de dispositivos de saber e poder; c) ética e estética da existência – o pensador analisou como os modos de subjetivação dos sujeitos, através de técnicas de si e estratégias de governamentalidade.

O que se pode constatar a partir desse breve inventário é a presença constante do sujeito nas abordagens do autor. Segundo Foucault (1995), o tema geral que atravessar a heterogeneidade de seus estudos recobre o sujeito e as relações que este estabelece com o saber (arqueologia), com o poder (genealogia) e consigo mesmo (ética e estética).

Os apontamentos realizados por Foucault (2010) na obra *Arqueologia do Saber*, publicada inicialmente em 1969, fornecem-se subsídios analíticos para pensarmos a constituição dos discursos na relação com a história e com a formação dos saberes. Para isso, Foucault (2010) propõe o método arqueológico, segundo o qual é possível investigar as diferentes camadas que compõem os saberes que objetivam o homem, os quais vêm à lume por meio dos discursos. O autor francês concebe o discurso como uma prática que constrói os objetos de que fala e como um conjunto de enunciados que advêm de uma mesma formação discursiva. Enquanto esta última circunscreve as regularidades a serem flagradas no interior de um regime de dispersão enunciativa, o enunciado, por seu turno, é compreendido como o átomo do discurso, a unidade mínima de análise, “[...] como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é parte constituinte” (FOUCAULT, 2010, p. 90).

A existência do enunciado, de acordo com Foucault (2010), comporta as seguintes propriedades: i) referencial – concerne às leis de possibilidade, às regras que fazem emergir determinados objetos de discurso; ii) posição de sujeito – o enunciado mantém uma relação singular com o sujeito que enuncia, mas que não se reduz ao sujeito empírico, ao sujeito autor e/ou gramatical, mas, uma posição vazia que pode ser ocupada por variados indivíduos; iii) domínio associado – diz respeito a uma rede enunciativa por meio da qual os enunciados relacionam-se entre si, tanto no que toca a enunciados já existentes, quanto aos que ainda estão por vir; iv) materialidade repetível – o enunciado carece de um suporte, um lugar, uma data e um suporte institucional.

Assim percebido, o enunciado constitui, a um só tempo, uma função que cruza diferentes domínios e representa a condição de existência dos signos. Para descrever essa função, Foucault (2010) postula a observância de alguns princípios, quais sejam: a) princípio

da raridade – consiste em detalhar o enunciado como algo raro no interior das coisas efetivamente ditas, ou seja, se nem tudo pode ser dito em qualquer momento, o enunciado apresenta a característica singular diante do que pode ser discursivizado numa língua; b) princípio da exterioridade – refere-se ao fato de que o enunciado irrompe num lugar e num tempo específico e convém especificar como se manifesta a enunciação, sem se remeter a um cogito ou a uma consciência transcendental; c) princípio do acúmulo – possibilita rastrear as transformações por que passam o enunciado no decorrer do tempo, de maneira a atentar para os mecanismos que permitem a conservação, o agrupamento e a recorrência de determinados enunciados; d) princípio da positividade – quando se considera os princípios anteriores, chega-se finalmente à positividade do enunciado, quer dizer, às modalidades que permitem selecionar certos tipos de escolhas temáticas, regularidades e objetos discursivos integrantes de uma dada formação discursiva.

O campo enunciativo, segundo Foucault (2010), ancora-se em saberes a serem concebidos como tudo que pode ser dito no interior de uma prática discursiva. Tendo em vista que a prática discursiva constitui-se por um conjunto de regras históricas e anônimas que definem as condições de exercício da função enunciativa, o saber é determinado pelos novos objetos que surgem no âmbito das continuidades e descontinuidades históricas. Ao pensar o saber mais como uma posição e menos como uma especificidade da ciência, Foucault (2010, p. 221) defende que o saber não está se configurando somente em demonstrações, mas “pode estar também em ficções, narrativas, regulamentos, decisões políticas”. Para tanto, o autor exemplifica o fato de o saber da psiquiatria, em meados do século XIX, não se reduzir à soma do que se acreditava que fosse verdadeiro, senão o conjunto estratégico de condutas, de singularidades e desvios acerca daquilo que é possível falar no âmbito do discurso psiquiátrico.

Quando Foucault (2010) reflete sobre o saber para além das verdades cientificamente emolduradas, põe em relevo uma perspectiva de análise que dialoga com os pressupostos nietzschianos acerca da genealogia. Para o filósofo alemão, a genealogia rejeita os começos e as origens e busca, sobretudo, os cortes, as descontinuidades e as rupturas. Seguindo essa visão, a genealogia possibilita entrever o funcionamento dos saberes a partir das disjunções, dos mecanismos de submissão e de dominação e das estratégias de poder. De acordo com Foucault (2006), isso significa pensar o papel desempenhado pelo discurso no esteio de um sistema estratégico em que o poder está implicado, atuando de maneira positiva.

O poder, conforme o autor francês, não é a origem ou a causa do discurso, mas, sim, algo que atravessa e opera por meio do discurso. A concepção de poder na teoria foucaultiana

difere sobremaneira de outras percepções até então assentadas em diferentes campos do saber, como, por exemplo, na cosmovisão marxista, na qual o poder confunde-se com os mecanismos de exploração e se centra sob a hegemonia do Estado e do capital, bem como na percepção dos contratualistas, para quem o poder obedece a rigorosos mecanismos de posse e/ou destituição e modelos jurídicos, os quais, conforme a leitura de Fonseca (2011), são instrumentos insuficientes para examinar as relações de poder as quais o sujeito está preso.

Contrariamente a tais compreensões, o poder sob o entendimento foucaultiano não se encontra localizado numa instituição específica nem representa uma verticalidade nas relações sociais, porquanto o poder está pulverizado por todo o corpo social e transversaliza todas as ações de homens livres. A ideia de um poder microfísico, desse modo, irá afastar a analítica do poder em Foucault de uma construção epistemológica na qual o poder é visto como um mecanismo universalizante, repressivo e ameaçador. Além disso, trata-se de uma forma de enxergar o poder como algo que incita, produz e engendra saberes e comportamentos. Para Foucault (1999), o poder relaciona-se com o saber de modo congênito. Segundo o autor, “[...] não há relação de poder sem correlata de um campo de saber, nem saber, nem saber que não suponha ou não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 270).

No decurso da trajetória intelectual de Foucault, a partir do final dos anos de 1970 e início da década seguinte, o filósofo francês, nos cursos ministrados no Collège de France, postumamente publicados com os títulos *Em defesa da sociedade, Segurança, Território e População, Nascimento da biopolítica, Governo de si e dos outros e O governo dos vivos*, investiga diferentes artes de governar que dão a ver as ligações existentes entre o poder, o saber e a verdade naquilo que ele denominou de governamentalidade. Na esteira foucaultiana, esse termo é plurissignificativo e designa, a um só tempo, o conjunto de técnicas, procedimentos e táticas que tomam a população como o alvo do poder, a partir dos saberes da economia política e os instrumentos do dispositivo de segurança, a tendência ocidental que leva a esse tipo de poder a ultrapassar outros modos de governo, como a soberania; além disso, corresponde ao resultado de processos pelos quais passou a concepção de Estado da Alta Idade Média e do Estado Administrativo dos séculos XV e XVI (FOUCAULT, 2008a). Especificamente em *Nascimento da biopolítica*, as teorizações centram-se sobre os impactos provenientes do liberalismo e, posteriormente, do neoliberalismo americano, na configuração da política e na gestão da população.

Assim, Foucault (2008b) começa as reflexões sobre o neoliberalismo, discorrendo sobre como o mercado se constitui como uma espécie de prática que passa a interferir, de maneira

fulcral, nas práticas de governo e em que medida os saberes do liberalismo emergem por meio dessa redefinição das relações de força nas artes de governar. O mercado é concebido, pelo pensador francês, como um lugar de veridicção, ou seja, como um ente que produz uma verdade/falsidade, assinalado por um regime de trocas a redesenhar a prática governamental e o poder público. Em suma, o mercado empreende uma nova razão governamental que estabelece os limites por meio dos quais o Estado pode ser útil. Segundo Foucault (2008), historicamente falando, isso ocorre através de mutações importantes desencadeadas a partir do século XVIII, tendo em vista que o governo passa a manipular interesses.

Diferentemente do regime de soberania, em que o rei era detentor de domínios e proprietário do reinado, podendo agir de modo direto sobre os súditos, pois a relação que os ligava era de ordem pessoal, na razão governamental do Estado e, seguidamente, do Estado mínimo, o governo já não atua de maneira direta sobre as coisas, porquanto “[...] só pode agir, só estar legitimado, fundado em direito e em razão para intervir na medida em que os [...] os jogos de interesse tornam determinado indivíduo ou determinada coisa, de certo interesse para os indivíduos” (FOUCAULT, 2008, p. 62). Dessa medida, o governo lidará com os fenômenos políticos que envolvem os interesses de um determinado indivíduo, cotejados com os interesses desse indivíduo ou de uma coletividade. É precisamente nessa troca constante, efetuada no âmbito de uma relação de oferta e procura, entre os anseios de cada um ou de todos na interface com o Estado, que se funda a racionalidade neoliberal.

Outro aspecto arrolado por Foucault (2008b) para caracterizar a gramática de inteligibilidade neoliberal diz respeito à noção de liberdade. Nesse viés, não se trata de um universal que se particularizaria ao longo do tempo e do espaço, mas, antes, uma prática que pode ser produzida, incentivada, negociada, consumida e, no limite, controlada. Nas palavras de Foucault (2008b, p. 87), “[...] É necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc”. O autor nos fala que a liberdade se ramifica na liberdade de mercado, de câmbio, de compra e venda, de expressão, de direito à propriedade, dentre outras; porém, em todas essas possibilidades, erigem mecanismos de controle que, em maior ou menor grau, modulam e organizam o alcance e o exercício da liberdade.

Emoldurando essas liberdades, entra em cena um conceito axial do liberalismo, a ser visualizado por outra lógica na racionalidade neoliberal: a ideia de concorrência. Conforme discutem Dardot e Laval (2016), enquanto o liberalismo clássico considerava a concorrência como uma lei natural, no cerne do princípio do *laissez-faire*, o neoliberalismo entende a

concorrência como um produto artificial de uma história e de uma construção política. Em resumo, a efetivação das ideias do neoliberalismo pressupõe um movimento que, ao primeiro olhar, parece contrário aos ditames liberais. Nesse sentido, a agenda neoliberal postula a necessidade de o Estado oportunizar condições para a concorrência ser otimizada. Agindo assim, a concorrência passa a ser, em certo modo, matizada pelo poder político do Estado.

Como corolário dessa ênfase na concorrência e competição, tem-se o fascínio pela figura do empreendedor e o encanto pela imagem do *homo oeconomicus* (Sobre a primeira, Dardot e Laval (2016, p. 147) a definem do seguinte modo: “[...] É ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e outro não. Ele se define unicamente por sua intervenção específica na circulação de bens”. Essa celebração do empreendedorismo encontra condições de existência numa formação histórica essencialmente marcada pelo espírito empresarial, consoante discute Deleuze (2006).

A entronização do modelo da empresa em diversas instituições historicamente delineadas pela disciplina, como as escolas, os hospitais e as prisões, pinta um cenário no qual é dada a qualquer um a oportunidade de ser empreendedor e empresário de si mesmo, numa corrida que nunca cessa. De acordo com Dardot e Laval (2016), a retórica neoliberal propugna que todos os indivíduos se encontram sempre comprometidos com relações de transação e concorrência. Nessa lógica, os sujeitos são continuamente impelidos a exercer um trabalho sobre si, com o intuito de melhorar o desempenho e a performance. São levados a crer que dependem apenas deles o êxito ou o fracasso no instável jogo do mercado. Disso resulta uma série sofisticada de mecanismos de punição, avaliação e auditoria, com vistas a criar ranqueamentos e premiações, de modo a eleger os melhores e a rejeitar os piores.

Sobre o *homo oeconomicus*, Foucault (2008b) menciona que, diferentemente da concepção do liberalismo clássico, na qual esse *homo oeconomicus* era o homem da troca, o parceiro concebido numa perspectiva da utilidade e da problemática das necessidades, no neoliberalismo, o *homo oeconomicus* é o homem do consumo, “[...] sendo para ele próprio seu capital, sendo para si mesmo o seu produtor, sendo para si mesmo [sua] renda” (FOUCAULT, 2008b, p. 311). Nessa concepção, seguindo Foucault (2008c), compreendemos que o neoliberalismo amplia a racionalidade de mercado a domínios até então não-econômicos. Disso resulta a compreensão de que esse homem consumidor e produtor de satisfação consumista constitui um capital humano, sobre o qual é imperioso investir.

O capital humano, conforme Foucault (2008b), constitui uma espécie de competência-máquina a ser permanentemente construída por meio de esforços educacionais presentes ao longo da existência inteira e não somente recobertos pelo saber técnico e aprendizado profissional. Isso vai desde o tempo que a mãe dedica ao bebê e o afeto dedicado aos filhos pela família, até os cuidados com a saúde e o acompanhamento contínuo do desenvolvimento do sujeito.

O fato de o capital humano, conforme compreendido por Foucault (2008b), não se pautar por investimentos educacionais circunscritos apenas aos espaços formais de aprendizagem não significa dizer que a racionalidade neoliberal tenha impactado de maneira discreta no âmbito da educação escolar. Pelo contrário, consoante temos discutido até aqui e no tópico posterior, o *ethos* neoliberal tem ocupado um lugar privilegiado na consecução das políticas educacionais, inclusive as públicas. De acordo com Veiga-Neto (2018), a tríade educação, introjeção e neoliberalismo encontra-se na base de sustentação de robustos projetos educacionais desenvolvidos por grandes corporações e empresas privadas, ora em parcerias com o Estado, ora sob a forma de bolsas, treinamentos e cursos. No cerne de tais projetos, habita “[...] a atenção especial à formação de indivíduos flexíveis, empreendedores e resilientes” (VEIGA-NETO, 2018, p. 42).

Semelhante constatação é encontrada em Laval (2004), quando destaca que o signo neoliberal leva a percepção de que o ensino e a aprendizagem, uma vez dedicados aos desejos do capital e do mercado, necessita priorizar conhecimentos e habilidades que gerarão um benefício no futuro. Nessa lógica, convém modificar os currículos, a fim de adequá-los a um viés utilitarista que despreza todo saber que não esteja imediatamente relacionado a uma aplicabilidade na vida prática. A escola como uma instituição humanista e republicana, focada na formação do pensamento crítico e num projeto de superação das desigualdades sociais, é escamoteada em função de uma lógica adaptativa à flexibilidade do mercado e à gestão do risco (BARZOTTO; SEFFNER, 2020).

Quando o discurso político-eleitoral apropria-se dessa racionalidade para convencer os eleitores a aderirem tal agenda, pode-se averiguar a utilização de estratégias que mostram a produtividade da escola neoliberal, numa crítica à instituição escolar como sendo fadada ao fracasso e desconectada no tempo presente. O discurso político, como veremos adiante, modificou-se sensivelmente nas suas formas de produção, circulação e recepção, com vistas a atender a uma nova linguagem, especialmente nas mídias sociais digitais, marcada pela brevidade das formas de comunicação, pelo apelo ao *marketing* que busca aproximar os

candidatos dos eleitores e tornar menos sisudas e mais descontraídas as campanhas eleitorais, por meio do emprego de diversos recursos verbo-visuais e sonoros. Para Sargentini (2017, p. 13), “[...] a análise do discurso político em sua complexidade envolve enunciados linguísticos, imagens, gestos, expressões faciais e outras formas de expressão”.

Centrando o foco no âmbito do partido Novo, vale destacar que foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em meados de 2015, presidido pelo empresário João Amêdo, que disputou as eleições à presidência em 2018 e obteve mais de 2 milhões de votos, cerca de 2,5% do total de votos válidos. Segundo Faria e Turtelli (2020), o Novo cresceu cerca de 154% desde 2018, pois passou de 19 mil filiados naquele ano para 48 mil em janeiro de 2020. Segundo Oliveira (2020), o partido foi o que mais cresceu em números proporcionais, uma vez que, em 2016, tinha quatro vereadores e, em 2020, fez vinte e nove parlamentares para as Câmaras Municipais. A sigla foi conectada, de modo congênito ao campo empresarial, principalmente pelo fato de defender explicitamente pautas neoliberais e apostar em candidatos que possuem experiência na iniciativa privada, de modo a se afastar de sujeitos que constroem uma carreira no campo da política. De acordo com o *site* do Novo, especificamente na seção denominada *Conheça*, vemos que o partido emerge por meio de “sujeitos ficha-limpa, que nunca haviam se envolvido com política e resolveram sair da indignação para a ação” (NOVO, [21--]). Ainda conforme informações constantes no *site*, depreende-se que a legenda busca produzir esse efeito de novidade, tendo em vista algumas características específicas, com o fito de diferenciar-se de demais partidos políticos, a saber: i) único partido que não faz a utilização de recursos públicos; ii) único partido mantido por filiais doadores; iii) os candidatos passam por um processo seletivo; iv) os eleitos optam por abrir mão de privilégios de gabinete e dos próprios salários; v) candidatos e mandatários não participam da gestão do partido; vi) os membros do diretórios atuam como voluntários e não recebem salários.

Como se pode notar, para fazer jus ao nome da sigla, tem-se uma ruptura no *modus operandi* dos partidos em geral, notadamente no que diz respeito ao uso de recursos públicos e à organização interna das legendas. Além disso, é possível ponderar que o próprio logotipo do partido emoldura certos sentidos que o afastam dos partidos políticos tradicionais. Diferentemente de símbolos como a estrela do Partido dos Trabalhadores (PT) ou a rosa de Luxemburgo do Partido Democrático Trabalhista (PTD), o Novo apresenta um *design* que não produz discursividades atreladas a um valor maior em termos de constituição da cidadania e da democracia. Trata-se de uma arte na cor laranja, com a palavra “novo” grafada em branco e um detalhe na letra “n” que, num domínio de memória, leva-nos aos logotipos de empresas e

serviços. Isso colabora, portanto, para o efeito segundo o qual se trata de um partido que rejeita a história e a configuração da política em si.

Ora, isso não significa dizer que esse efeito de afastamento da política *standard* torna o partido Novo neutro ou destituído de interesses. Pelo contrário, a legenda aposta fortemente na racionalidade neoliberal como um dos pilares da sua constituição. Nascido no cerne do empresariado, o Novo coaduna com a agenda de “enxugamento” e desburocratização do Estado, especialmente a partir da privatização de empresas públicas, de um investimento maciço no empreendedorismo e na concorrência de mercado. Conforme nos lembram Dardot e Laval (2016), o mercado é concebido como um livre espaço para todo indivíduo em especial, porquanto cada um teria um espírito empreendedor e caberia à economia de mercado liberar e estimular esse empreendedorismo. Isso ocorre por meio de certa fobia do Estado, consoante a percepção de Foucault (2008b). Nesse viés, o excesso de mecanismos governamentais do Estado atrapalharia o fluxo do livre mercado e estancaria o desenvolvimento das competências empreendedoras a serem introjetadas desde a mais tenra idade. Diante disso, os esforços da racionalidade neoliberal na educação já se mostram visíveis desde meados dos anos de 1980, a partir dos ideários de governos como Margareth Tatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. As pretensões reformistas de órgãos transnacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão Europeia, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) auxiliam na constituição de um modelo de escola pautado numa perspectiva que considera “[...] a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico” (LAVAL, 2004, p. IV). No Brasil, conforme Guimarães e Pereira (2020, p. 42), o avanço do neoliberalismo no cenário nacional efetiva-se desde o governo de Fernando Collor (1990-1992) e se recrudescer na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a partir “[...] da intensificação da reestruturação produtiva, flexibilização das leis trabalhistas, financeirização da economia, livre circulação dos capitais e privatização do setor produtivo estatal”.

Essa ênfase no aspecto mercadológico, cuja lógica empresarial é perpassada pela relação custo-benefício, reflete sensivelmente sobre o modo como a escola se constituiu, no decorrer do tempo. Sobre isso, Sibilia (2012) reforça que a instituição escolar é uma tecnologia de época que surge para atender às demandas de um projeto societário engendrado pelas classes burguesas. Ainda que no decorrer dos anos, a escola tenha se democratizado (SEFFNER, 2020), de maneira a acolher os estratos sociais economicamente desassistidos, várias relações de força

do campo político ameaçam a consecução de uma educação democrática, republicana e cidadã. Dentre essas relações, podemos mencionar, na esteira de Laval (2004), o avanço indisfarçável dos interesses do mercado na construção dos currículos, das metodologias de ensino, da formação de professores, da gestão e do financiamento escolar. Assim pensada, a educação perde sua capacidade transformadora e crítica, tendo em vista o atendimento irrestrito aos desígnios mercadológicos e o desenvolvimento do capital humano (FOUCAULT, 2008) – mantras da racionalidade neoliberal. Sob essa lógica, o partido Novo, segundo se pode depreender a partir de informações presentes no sítio da legenda, levanta a bandeira dos valores neoliberais, especialmente a partir da efetivação de parcerias público-privadas, do enfoque numa cultura da competição, do ranqueamento, da premiação de docentes e alunos e da ênfase no empreendedorismo junto ao público escolar.

Exame de propostas para a educação em postagens de candidatos do partido Novo no Instagram

Em virtude da pandemia da covid-19, as eleições municipais de 2020 foram adiadas e ocorreram no mês de novembro, diferentemente dos pleitos anteriores que ocorriam no primeiro domingo de outubro. A propaganda eleitoral, mais do que nunca, utilizou as redes sociais digitais como um suporte comunicativo viável e de alcance significativo, pois as medidas de isolamento social impossibilitaram, ou pelo menos, deveriam impedir o contato físico próximo e a campanha corpo a corpo, com vistas a evitar aglomerações e, como consequência, o contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). No entendimento de Marques (2016), as estratégias de campanha *on-line* necessitam criar mecanismos que captem a atenção de um público cada vez mais disperso na diversidade de textos e imagens com que lida em seus dispositivos portáteis.

A partir desses apontamentos, conforme afirmamos anteriormente, analisaremos aqui quatro postagens de candidatos do partido do Novo no *Instagram*, com o intuito de investigar como as propostas para a educação sintonizam-se com a racionalidade neoliberal, por meio de relações de saber-poder. A primeira postagem circulou no perfil do candidato à prefeitura de Recife/PE, Charbel Maroun (@charbelmarounbr).

Nessa materialidade discursiva, aparecem três fotos que são dadas a ver para o leitor-navegador, pelo mecanismo de visualização do *Instagram*. A primeira foto é dividida em duas partes: numa delas, a resolução da imagem é escura e mostra um lugar em que precariamente funciona uma escola, há uma construção de barro com pau-a-pique coberta com folhas de palmeira; os alunos são vistos de costas, sentados em cadeiras desgastadas e nota-se uma lousa

improvisada; na outra parte, o cenário mostra, numa imagem com boa resolução, uma cena escolar em que os discentes estão concentrados e leem atentamente; as carteiras são confortáveis e a estrutura da instituição de ensino, pelo que se pode depreender, é de qualidade adequada. No centro das duas imagens, há o seguinte enunciado verbal: “E se toda desigualdade fosse coisa do passado?”. Quando clicamos na seta à direita da imagem, somos levados à segunda figura: um jovem negro sorrindo com livros sob o peito, do lado direito, e uma mochila pendurada sob o ombro esquerdo; ao fundo, num efeito borrado, aparecem estantes com livros, de modo a sugerir que se trata de uma biblioteca. Assim como na primeira imagem, um enunciado verbal indaga: “E se fosse possível oferecer um ensino de qualidade para todos?”. Clicamos mais uma vez na seta e a última figura surge a fotografia do candidato Charbel Maroun, com camisa branca, tendo como pano de fundo a imagem anterior do jovem estudante com os livros. No centro da figura, lê-se, em caixa alta, “É possível, e eu vou fazer!”.

Vemos que a expressão condicional “E se” aponta para a possibilidade de realização de um desejo e/ou sonho, da construção de uma realidade possível. A última imagem exprime a condição para essa mudança: votar em Charbel Maroun. Ao se inserir numa posição sujeito que se compromete a realizar as modificações desejadas pela sociedade, pois tais transformações são possíveis de serem concretizadas, no sentido de melhorar sobremaneira a educação, a legenda da postagem detalha a proposta de criação de *voucher* educação.

É só querer fazer. Já falei aqui sobre *Voucher* Educação e sempre que posto surgem muitas dúvidas. Vou explicar: O *Voucher* só poderá ser utilizado para pagamento de mensalidades, algo muito similar ao que já é feito. Chama-se PROUNI; O *Voucher* não vai eliminar o ensino público. Vamos ampliar, melhorar e profissionalizar as escolas públicas e as creches; O *Voucher* vai estar disponível, inicialmente, para os alunos com as melhores notas e capacidade para acompanhar o ritmo das escolas particulares, com ensino mais avançado. A gente quer oferecer oportunidades, quebrar o ciclo da miséria e apresentar novos horizontes para essas crianças e jovens. O pequeno recifense merece isso. Vamos fazer isso por eles! (MAROUN, 2020, *on-line*).

Quando o posicionamento assumido no perfil do candidato do Novo à prefeitura de Recife/PE no *Instagram* pontua a premência em sanar as dúvidas decorrentes da proposta de implementação do *voucher* educação, pode-se supor que não se trata de uma proposição comum no esteio do discurso político e daí emerge a singularidade desse enunciado no âmbito das condições de possibilidade do próprio Partido Novo e da bandeira neoliberal por ele levantada. Uma tentativa de aproximar a proposta defendida por Maroun da realidade social do público é comparar com o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que, ao fim e ao cabo, sintetiza essa ligação do setor público com o privado, no cerne do ensino superior. Para desfazer

enunciados do domínio associado, segundo os quais o programa acabaria com o ensino público, a posição de sujeito de Maroun afirma o contrário e, de modo vago, justifica o investimento em tal setor. Em seguida, expõe que, num primeiro momento, os contemplados pelo projeto serão os alunos com melhor rendimento, tendo em vista que estes poderiam igualar-se ao nível do ensino privado. Os reflexos neoliberais na proposta de Maroun residem especialmente numa espécie de individualização do atendimento aos alunos pelo programa do *voucher*, pois apenas uma parte será beneficiada, em contraposição à universalidade e ao caráter democrático que deve nortear a educação no Brasil, conforme definem os saberes do campo constitucional.

Nessa lógica, segundo Laval (2004, p. 26), “[...] os alunos mais ‘rentáveis’ se beneficiam de investimentos mais importantes do que os de pior ‘performance’”. Os efeitos do saber que regem o plano do *voucher* alinham-se a um posicionamento segundo o qual apenas uma parte dos alunos, os que conseguem vencer a competição entre os seus pares, será contemplado com o direito de estudar numa escola privada. As relações de poder perpassam a introjeção da racionalidade neoliberal nos alunos, pois, assim como nas configurações do mercado concorrencial e da formação ao longo da vida, não há espaço para todos. Essa seleção dos “melhores”, portanto, já ocorre na mais tenra idade, de modo que cabe aos sujeitos, desde cedo, criar condições favoráveis para o desenvolvimento do capital humano. Sob essa compreensão, inexistem possibilidades de transformação da realidade desigual, ao contrário do que apregoa a postagem do candidato Maroun, porquanto a tendência é que se aumente ainda mais o fosso entre a escola pública e a privada. “O ciclo da miséria”, de que fala a posição sujeito no enunciado da postagem, não será destituído somente com a “transferência” de alguns alunos para o setor privado, senão com a devida valorização do ensino público e gratuito.

Podemos identificar regularidades enunciativas na constituição do discurso político dos candidatos do partido Novo no *Instagram*, pois além da ênfase na cultura do *ranking* e da competição, uma postagem no perfil de Orlando Silva Neto (@orlandosilvanovo), candidato à prefeitura de Florianópolis/SC, reforça a visão neoliberal de construir pequenos empreendedores. Para isso, dentre as propostas para o campo da educação, temos: “Vamos introduzir noções de lógica, empreendedorismo e programação, para estimular nossos jovens a saber [sic] pensar logicamente e conseguir empregar no mercado tecnológico” (SILVA NETO, 2020, *on-line*). Na mesma postagem, ainda se lê: “Floripa pode sim ter a escola pública com a mesma qualidade das escolas privadas” (SILVA NETO, 2020, *on-line*).

O foco da proposta incide na inserção no currículo escolar de determinados temas como lógica, empreendedorismo e programação, os quais permitiriam o ingresso dos alunos no

mundo do trabalho. Na materialidade repetível do enunciado, sublinhamos que tal proposta está em conformidade com a racionalidade neoliberal, pelo fato de haver um incentivo ao desenvolvimento de habilidades saberes e práticas atinentes à concorrência e ao lucro, haja vista o interesse em abordar na instituição escolar as exigências de uma formação profissional para o emprego. Na ótica de Dardot e Laval (2016, p. 152), “[...] a cultura do emprego e o espírito do empreendimento podem ser aprendidos desde a escola, do mesmo modo que as vantagens do capitalismo sobre outra organização econômica”. Essa concepção educacional alicerça-se em relações de saber-poder que incutem nos sujeitos a valorização de conhecimentos úteis, visando à formação do capital humano, de modo a fazer funcionar as engrenagens do sistema capitalista, mormente matizado pela tecnologização e flexibilidade.

Quando, no enunciado da postagem do candidato do Novo à prefeitura de Florianópolis/SC, aparece o posicionamento segundo a qual é possível elevar a qualidade das escolas públicas, seguindo o padrão das escolas privadas, subjaz um saber de ordem neoliberal que aponta o desempenho eficiente do setor privado, em contraposição ao modelo defasado de gestão pública. Na materialidade significativa, há um efeito de opacidade e homogeneização no cotejo entre público e privado em torno da questão da qualidade. Ora, nem todas as escolas privadas possuem um padrão que seria considerado suficiente e o contrário também é verdadeiro, haja vista que existem instituições públicas de excelência. O próprio termo qualidade pode ser questionável, o qual pode ser aferido sob diferentes parâmetros (aprovação em exames e vestibulares, obtenção de padrões esperados em avaliações externas). Do modo como se organiza o discurso da postagem, é como se todas as escolas privadas fossem de boa qualidade, que deve ser perseguida pelas instituições públicas, a partir da execução das propostas de governo do candidato Orlando Silva Neto.

A terceira postagem analisada circulou no perfil de Paulo Henrique Grando (@paulohgrando), candidato a prefeito de Cuiabá/MT. Na materialidade discursiva, aparece a fotografia de Grando sorridente, na parte inferior à direita, e uma síntese das propostas, das quais podemos mencionar: “premiar os melhores professores por desempenho, com impacto decisivo da avaliação dos pais, não apenas financeiramente, mas em termos de reconhecimento e progressão de carreira” (GRANDO, 2020, *on-line*); “criar programa piloto de bolsas escolares em escolas particulares para alunos de baixa renda” (GRANDO, 2020, *on-line*).

Mais uma vez – agora o alvo é o professor – evidencia-se a premiação e o foco na competição e no desempenho para definir o parâmetro de qualidade na educação. A proposta não especifica com clareza como seria esse desempenho docente e como os pais fariam a

avaliação do professor. De todo modo, podemos identificar que relações de saber-poder subjazem a essa proposição. Conforme sublinham Dardot e Laval (2016), a racionalidade neoliberal produz um saber que prima pela interiorização de normas de desempenho, de autovigilância e de avaliação constante que busca alinhar os serviços públicos a uma produção típica do setor privado. Noutras palavras, a proposta de Paulo Henrique Grandó descaracteriza a identidade do docente como um servidor público, ao condicioná-lo a progredir na carreira com base na avaliação feita por terceiros, assim como se faz numa relação comercial.

Ainda em relação à postagem do candidato do Novo à prefeitura de Cuiabá, ressaltamos a regularidade enunciativa que concorre para a inserção de discentes das escolas no setor privado, constatação presente na postagem de Charbel Maroun, antes analisada. Essa hipervalorização do setor privado como um modelo de governança a ser seguida pelo Estado é um dos principais lemas da cartilha neoliberal. Sobre isso, Laval (2004, p. 55) enfatiza, “[...] escola em face do neoliberalismo que considera todas as instituições, inclusive as públicas, devem ser colocadas a serviço da máquina econômica em detrimento de outra finalidade”. A insistência em matricular alunos, cujas famílias são economicamente desassistidas, consoante a proposta de Grandó, em escolas particulares como a solução para resolver os problemas educacionais toma como aporte esse saber da ordem neoliberal e, com isso, produz relações de poder que procuram regular a relação dos aprendizes com a escola e com as famílias. Não podemos deixar de considerar que se trata de um discurso político-eleitoral (SARGENTINI, 2015), o qual apresenta ações aparentemente viáveis e “mágicas” para solucionar questões de alta complexidade.

Na postagem de Guto Scarpantini, candidato do Novo à prefeitura de Campo Grande/MS, a mesma regularidade presente nas postagens de Maroun e Grandó faz-presente. Na materialidade discursiva, o sujeito enunciador defende um programa com o objetivo de garantir parcerias com o setor privado, na tentativa de zerar a fila de creches na capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Vejamos um excerto da postagem, a qual está acompanhada da foto de Scarpantini e do número do partido (30), “Firmaremos convênios com creches comunitárias e particulares, por meio de parcerias público-privadas” (SCARPANTINI, 2020, *on-line*). Como apresentamos anteriormente, uma vez que o neoliberalismo argumenta em prol de um Estado mínimo, as parcerias com o setor privado buscam compensar esse suposto excesso do setor público. Na proposição de Scarpantini, a principal solução para resolver a ausência de vagas em creches seria por meio dessa cooperação com as instituições particulares.

De acordo com Foucault (2008b), o neoliberalismo funciona como um princípio de inteligibilidade, um princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos. Observamos, portanto, como isso entra em jogo na composição de enunciados, cuja raridade singulariza certos modos de enunciar a respeito da educação, no interior de um partido político marcado pelo referencial da retórica neoliberal. Vimos nas postagens analisadas o deslindar de práticas sociais que, em maior ou menor grau, priorizam o mercado e o setor privado, premiam os “melhores”, põem em xeque o valor da gestão pública e excluem os “perdedores” dessa competição ininterrupta.

Considerações finais

No decorrer deste artigo, buscamos examinar o modo como o discurso de postagens de candidatos do partido Novo, nas eleições municipais de 2020, mobiliza relações de saber-poder intrincadas à racionalidade neoliberal na constituição de propostas para o campo educacional. O exercício analítico permitiu-nos entrever, na positividade enunciativa, algumas regularidades que atravessam a constituição do discurso político nas redes sociais digitais. Na materialidade repetível das proposições para a educação, entrecruzam-se a brevidade das formas de comunicação da rede social com estratégias de convencimento dos potenciais eleitores. As soluções apresentadas nas propostas estão conectadas com os saberes que vão caracterizar o partido Novo no coração da lógica neoliberal. Podemos sumarizar as principais regularidades encontradas: a) a compreensão de que a gestão do setor privado é o modelo desejável e eficiente, daí a recorrência de estabelecer parcerias com escolas privadas, bem como de inserir as crianças e instituições públicas nas escolas particulares, por meio de *voucher* ou de programas de bolsas, de modo a esvaziar o caráter universal e equitativo da administração pública; b) como consequência da celebração do modelo empresarial do neoliberalismo, constata-se o entusiasmo em eleger, por meio de um sistema de avaliação e performance, os que merecem ou não ser contemplados com as benesses dessa ordem social e econômica. Para Rolnik (2018), a instauração de um Estado neoliberal corrói as bases democráticas e republicanas, pois, a um só tempo, homogeneiza os sujeitos aos desígnios do capital e acentua as desigualdades no interior de um jogo onde só alguns obtêm êxito.

É preciso, pois, resistir à sutileza dessas estratégias de poder que, aos poucos, torna ainda mais frágil a constituição de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Ainda que o partido Novo torne o visível o que já existe, de maneira sub-reptícia, em outros partidos políticos do país, convém encetar movimentos de insurreição, os quais possam levantar a

bandeira de uma educação que forme, sobretudo, para a cidadania e não somente para atender aos anseios instáveis do mercado financeiro, pois, consoante nos adverte Laval (2004), escola não é empresa.

REFERÊNCIAS

BARZOTTO, C. E.; SEFFNER, F. Escola sem partido e sem gênero: redefinição das fronteiras entre público e privado na educação, **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 150-167, abr./jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 fev. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. Pós-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 219-226.

FARIA, T.; TURTELLI, C. Novo é o partido cresceu 154% desde 2018, **Uol**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/02/27/partido-novo-cresceu-154-desde-2018.htm>. Acesso em: 06 jan. 2020.
FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2011.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-250.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25. ed. Tradução: Roberto Machado. São Paulo: Graal Edições, 2008a.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no *Collège de France*: (1978-1979). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**: curso dado no no *Collège de France*: (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GRANDO, P. H. **Propostas para a educação**. Cuiabá. 01 nov. 2020. *Instagram*: @paulohgrando. Disponível em: <https://www.instagram.com/paulohgrando/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

GREGOLIN, M. R. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. *In*: FERREIRA, R.; RAJAGOPALAN, K. (org.). **Um Mapa da Crítica nos Estudos da Linguagem e do Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2016, v. 1. p. 115-142.

GUIMARÃES, K. C.; PEREIRA, M. C. Neoliberalismo e fascismo: o paradigma perverso do bolsonarismo, **Revista Eletrônica de Interações Sociais**, v. 4, n. 1, p. 30-47, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/11813>. Acesso em: 15 jan. 2020.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo como ataque ao ensino público. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina, PR: Editora Planta, 2004.

MAROUN, C. **Propostas para a educação**. Recife. 18 out. 2020. *Instagram*: @charbelmarounbr. Disponível em: <https://www.instagram.com/charbelmarounbr/>. Acesso em: 09 jan. 2021.

MARQUES, F. P. J. **Ciberpolítica**: conceitos e experiências. Salvador: Editora da UFBA, 2016.

NOVO. **Conheça o Novo**. [s. l.], [21--]. Disponível em: <https://novo.org.br/novo/conheca/>. Acesso em: 06 jan. 2021.

OLIVEIRA, G. Novo é o partido que mais cresce nas eleições. **Istoé**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/novo-e-partido-que-mais-cresce-nas-eleicoes/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 edições, 2018.

SARGENTINI, M. V. O. Apresentação. *In*: SARGENTINI, M. V. O. (org.). **Mutações do discurso político no Brasil**: espetáculo, poder e tecnologias de comunicação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017, p. 11-20.

SARGENTINI, M. V. O. Discurso Político e redes sociais, **Revista da ABRALIN**, Curitiba, v. 14, p. 215-232, 2015.

SCARPANTINI, G. **Como zerar a fila de creches?** Campo Grande. 07 nov. 2020. *Instagram*: @gutoscarpantini. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHazYMsBzam/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SEFFNER, F. Disputas de narrativas em gêneros e sexualidades nas fronteiras entre cultura escolar, famílias e religiões. *In*: SILVA, F. F.; BONETTI, A. L. (org.). **Gênero, diferença e direitos humanos**: é preciso esperar em tempos hostis. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 11-30.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA NETO, O. **Dia 15 é dia de escolher...** Florianópolis. 3 nov. 2020. *Instagram*: @orlandosilvanovo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHIguZOg6ds/>. Acesso em: 09 jan. 2021.

VEIGA-NETO, A. Neoliberalismo e educação: os desafios do precariado. *In*: RESENDE, H. (org.). **Michel Foucault**: a arte neoliberal de governar a educação. São Paulo: Intermeios, 2018. p. 33-44.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Agradecemos à Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Financiamento: Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), via edital 02/2023 de Apoio à Publicação Acadêmica.

Conflitos de interesse: Não há.

Aprovação ética: Não foi necessário submeter ao conselho de ética.

Disponibilidade de dados e material: Os dados e materiais estão presentes nos perfis dos candidatos no *Instagram*.

Contribuições dos autores: Francisco Vieira da Silva – concepção, idealização, escrita e revisão; Thâmara Soares de Moura – colaboração na escrita do artigo e revisão; Patrícia Diógenes de Melo Brunet – colaboração na escrita do artigo e revisão.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

